

Portugal entre o mar e a terra

Reflexões sobre a identidade nacional

António de Siqueira Freire *

*Cumpriu-se o mar e o Império se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal*

Fernando Pessoa

Portugal entre o mar e a terra, hoje mais do que nunca se nos impõe a realidade desta tradicional dicotomia da nossa história, da nossa posição geopolítica e da nossa idiossincrasia. Nas considerações que se seguem procurarei justificar o porquê desta minha afirmação.

Se digo hoje mais do que nunca, é porque, independentemente da evolução recente do mundo, se verificaram em Portugal, nos últimos anos, dois grandes acontecimentos com incidência directa no destino nacional: a descolonização e a adesão às Comunidades Europeias.

Falar da descolonização é falar daquilo que fomos, falar da adesão às Comunidades Europeias é falar daquilo que vamos ser. Vasto e complexo programa para um simples artigo de revista mas que a vocação de *Estratégia* naturalmente me sugeriu.

Assim abordarei sucessivamente: o sentido e o alcance da descolonização; o sentido e o alcance da opção europeia agora concretizada na adesão às Comunidades Europeias; as implicações destes acontecimentos no nosso enquadramento euro-atlântico e no nosso relacionamento específico com o Brasil e os países africanos de expressão oficial portuguesa; e finalmente o problema da identidade nacional à luz destes decisivos desenvolvimentos do nosso destino histórico.

O sentido da descolonização

A longa interpenetração do nosso tecido nacional pelo empenhamento ultramarino, a extensão e importância das marcas deixadas e recebidas no decurso desse empenhamento – em contraste com a reduzida dimensão metropolitana – fizeram com que o termo do chamado ciclo do império tivesse tido para nós repercussões porventura mais específicas do que no caso dos outros impérios ultramarinos. Para o

* Embaixador

que não terá deixado de contribuir a forma *sui generis*, como antes e depois do 25 de Abril se desenrolou o processo colonial português, com os resultados objectivos que são conhecidos. Um desses resultados foi a ruptura que levou ao êxodo de centenas de milhares de portugueses cuja permanência teria sido incontestavelmente positiva para o equilíbrio socio-económico dos novos Estados de expressão oficial portuguesa; para não mencionar o interesse que teria tido, para eles como para nós, a preservação de uma vasta realidade multirracial, embora de predominância africana, semelhante à que foi instituída no Brasil, e que, designadamente em Angola, parecia corresponder à ordem natural das coisas. Que bom exemplo isso teria sido para a solução do drama sul-africano!

Se reservo neste meu artigo um primeiro capítulo ao «passado», não é por saudosismo da Escola de Sagres (símbolo da conjugação de visão profética, de organização científica e técnica, de eficácia e vontade ao serviço de um sonho que se queria tomar realidade), dos *Lusíadas* e do diálogo com o Adamastor ou da *Mensagem*. É antes porque o passado, mesmo abolido pelo devir da História e da vida, continua presente nos arquétipos das nossas consciências, na permanência dos nossos mitos («e esse nada que é tudo», no dizer do poeta) como medida e referência para as condições do presente e as perspectivas do futuro.

É sem dúvida vagamente ridículo andarmos a falar de Aljubarrota e de Alcácer-Quibir a propósito de futebol, mas nem por isso esse comportamento é menos significativo!

Não requer obviamente ser demonstrado o contraste objectivo entre aquilo que fomos quando as nossas fronteiras e os nossos interesses geopolíticos e estratégicos alcançavam o Oriente, a África e o Brasil, e aquilo que hoje somos como Nação e como Estado. Se menciono esta evidência não é para justificar um qualquer fatalismo do género «já não vale a pena», mas para afirmar a necessidade de assumirmos plenamente os deveres que esse passado nos impõe e nos dita (quando se foi algo ou se foi alguém, não se pode aceitar ser nada ou ser ninguém). E isso com a razoável esperança de que seremos ainda capazes de forjar, numa segunda ultrapassagem da estreiteza do actual quadro geográfico nacional, um segundo destino para Portugal, quantitativamente menor mas de aspiração qualitativamente semelhante.

Os pressupostos da opção europeia

Ora é justamente nesta visão das coisas que sempre considerei a nossa opção europeia como a alternativa natural e necessária, e digo bem necessária, ao fim do império.

Nem todos os que promoveram e participaram no processo histórico da nossa adesão às Comunidades Europeias terão porventura individualizado de forma tão nítida o alcance fundamental desta justificação – que qualificarei de estratégica – entre tantas outras igualmente determinantes. Mas não creio que, salvo entre os adversários da nossa integração europeia, seja posto em dúvida o bem fundado desta minha convicção.

Mas isto não significa qualquer menosprezo pelos outros factores que, sobretudo se tomados em conjunto, dão todo o seu alcance e todo o seu sentido à nossa opção europeia.

Mencionarei seguidamente a convergência de dois pressupostos, um de ordem política, o outro de ordem económica, os quais conjugados tomaram possível concretizar a nossa opção europeia sob a forma da adesão plena às Comunidades Europeias. Refiro-me à instauração do regime democrático pluralista após o 25 de Abril e à participação activa de Portugal nos movimentos da integração europeia do pós-guerra. Sem o preenchimento do primeiro pressuposto não teríamos tido «legitimidade», sem o do segundo não teríamos tido «capacidade».

Outros factores de natureza objectiva jogaram a favor do nosso empenhamento institucional na Europa organizada que as Comunidades representam e promovem, a começar pela simultaneidade do restabelecimento dos regimes democráticos não só em Portugal mas também na Grécia e na Espanha, tendo como corolário normal a opção europeia. Seria politicamente insensato que Portugal já geograficamente periférico se deixasse marginalizar neste processo histórico. Tanto mais quanto é certo que uma das consequências da descolonização foi a de acentuar de maneira decisiva o peso da componente europeia do nosso enquadramento geopolítico, para não falar do carácter determinante dos laços de ordem económica e de ordem cultural que desde sempre nos uniram à Europa, sem prejuízo nem contradição com a incontestável vocação atlântica do nosso país. A presença actual na Europa de uma importantíssima vertente da nossa emigração no mundo não poderia igualmente deixar de ser tida devidamente em conta.

Mas o que fica dito não é tudo, pois não poderíamos deixar neste contexto de termos consciência das grandes mutações do mundo a que vimos assistindo nas últimas décadas e que exigem uma visão das coisas para além das situações e das potencialidades puramente nacionais. Daí o imperativo de se ter uma certa ideia da Europa e do bem fundado do ideal da União Europeia justificado pela necessidade. Com efeito, a crescente internacionalização das actividades económicas e financeiras juntamente com a aceleração e as alterações qualitativas do progresso científico e tecnológico, tornam cada vez mais evidente o desfasamento objectivo entre as grandes realidades do nosso tempo e as compartimentações tradicionais dos quadros nacionais que persistem a nível institucional e político. É pois no quadro e na dimensão do espaço europeu organizado e institucionalizado que poderemos em comum fazer face aos desafios do presente, à progressiva deslocação para o Pacífico dos novos e determinantes pólos de modernidade e desenvolvimento e pôr termo à dispersão e à fragmentação que estão na origem da ultrapassagem tecnológica da Europa pelos Estados Unidos e o Japão. A alternativa será a progressiva desmotivação ideológica, as tentações do neoproteccionismo no plano económico e do neutralismo no plano político e o resvalar para o declínio e a dependência.

Para um país como Portugal, que tanto contribuiu para a afirmação e a difusão da presença e dos valores da civilização europeia, pertence à ordem natural das coisas, por um lado, continuar a dar, na medida das suas condições actuais, a sua contribuição para a realização do projecto europeu e, por outro lado, colher da realização desse projecto os estímulos e as orientações para o seu próprio desenvolvimento e os meios que lhe permitam assegurar, no enquadramento geopolítico euro-atlântico que é o seu, a permanência da sua identidade. Não podemos ser um apêndice mas parceiros activos da Europa em que nos vamos integrar.

Vocação euro-atlântica

Senda evidente a nossa vocação euro-atlântica, importa considerar quais as implicações da descolonização e da integração europeia nesse contexto e designadamente para o equilíbrio terra-mar decorrente da nossa posição geopolítica actual. É o que procurarei fazer nas linhas que se seguem.

Desaparecido o império, resta-nos o arquipélago, o tão justamente falado triângulo estratégico Portugal continental-Açores-Madeira e a extensão e o valor da zona

marítima correspondente. O mar continua a ser nosso património natural, o nosso activo nessa sociedade defensiva que é a Aliança Atlântica de que fazemos parte. Mas a integração na Europa reforça, pela primeira vez desde há séculos, o peso do factor continental no condicionalismo nacional, para o que contribui a contiguidade geográfica com a Espanha e a integração dos dois países ibéricos num mesmo espaço económico de livre concorrência e de livre circulação de mercadorias, de capitais e de pessoas.

Mas, dirão alguns, então porque aderir à Europa se é este o preço inevitável a pagar, se o risco é de perdermos a alma que foi grande precisamente porque se fez ao mar?

Ficam assim postos desde logo alguns problemas fundamentais da situação portuguesa actual: o problema da relação entre a adesão às Comunidades Europeias e a Aliança Atlântica, o problema da relação entre a adesão e a independência nacional, o problema do nosso relacionamento ibérico no quadro atlântico e comunitário e o sentido actual das nossas relações com o Brasil e os países africanos de expressão oficial portuguesa.

No que se refere ao primeiro problema a interpretação é simples: não existe oposição, mas antes complementaridade, entre a nossa participação activa na Aliança Atlântica e a nossa adesão às Comunidades Europeias. E não seria uma possível evolução, de resto fatalmente lenta, no sentido de uma maior convergência europeia no plano da defesa, isto é, na direcção do reforço do chamado « pilar europeu » da Aliança Atlântica, que modificaria esta situação. Daí o serem perfeitamente pertinentes as razões da candidatura portuguesa à União da Europa Ocidental e menos naturais as reticências encontradas a este respeito.

No que se refere ao segundo problema, ou seja, o da relação entre a adesão às Comunidades Europeias e a independência nacional, as coisas não são tão simples e há que aprofundar a análise com a necessária objectividade. Trata-se, com efeito, de matéria que, pela conexão que tem com valores primordiais, suscita naturalmente reacções emocionais e é mesmo por vezes objecto de comportamentos tendenciosos ou demagógicos.

Há pois que situar esta problemática tão sensível com honestidade intelectual e que não confundir a pureza dos conceitos com a relatividade das situações, ou a forma com a substância, interdependência com dependência. Nos condicionalismos que são hoje os nossos, perante os desafios do mundo circundante e o imperativo de preservar os valores fundamentais e sempre actuais da civilização humanista da Europa a que

sempre pertencemos, não nos podemos equivocar sequer de egoísmo, sacrificando ao culto das independências formais a busca necessária das interdependências mais racionais e naturais. É com efeito nessas interdependências voluntariamente assumidas que reside objectivamente a possibilidade de escapar ou de, pelo menos, atenuar as dependências indesejáveis e mais prejudiciais à salvaguarda da identidade nacional.

A este propósito, que me seja permitido citar aqui o testemunho insuspeito de Mikhail Gorbachev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, que há tempos declarava em Paris que «a maturidade maior das sociedades reclama tarefas mais ambiciosas, que a ligação e a interdependência entre países e continentes é condição *sine qua non* do desenvolvimento da economia, do progresso científico e técnico, da aceleração das trocas de informações, da circulação dos homens e dos bens sobre a terra e mesmo no espaço».

E por maioria de razão, direi eu, no espaço europeu organizado e institucionalizado que as Comunidades Europeias configuram e promovem e que, por ser espaço de liberdade e de pluralismo ideológico e político, compatibiliza o desenvolvimento da integração com a preservação das vocações e da personalidade próprias de cada entidade nacional e dos meios de que resulta essa preservação. Dependerá obviamente da maturidade e da capacidade de cada um assegurar que integração não signifique abdicação, mas represente, no plano de uma interdependência de nível superior, simultaneamente afirmação de si próprio e solidariedade.

Relacionamento ibérico

Partindo daqui ser-nos-á mais fácil abordar o terceiro problema, ou seja, o do nosso relacionamento ibérico no quadro atlântico e no quadro comunitário.

Assim, começando pelo quadro atlântico, não poderei furtar-me a tecer um certo número de considerações de ordem geral das quais dependerão as conclusões específicas que o tema em análise comporta e exige. Em primeiro lugar recordarei o valor unanimemente reconhecido do chamado «triângulo estratégico português», em razão do seu alcance atlântico e das suas potencialidades geográficas em relação à Europa, à entrada do Mediterrâneo e à África. Com efeito, se o papel dos Açores é evidente, nem por isso é menos digno de consideração o papel da Madeira e do Portugal continental. Daí, entre outras coisas, o alcance que, para a

posição e as responsabilidades portuguesas, tem a posição da Espanha na Aliança Atlântica.

Historicamente Portugal e a Espanha efectuaram um percurso diferente ao longo deste século, no que se refere ao respectivo empenhamento e às suas responsabilidades militares e estratégicas. O mesmo se verifica no comportamento respectivo face ao conflito entre potências marítimas e potências terrestres, pelo que não houve uma unidade estratégica da Península Ibérica durante os dois grandes conflitos mundiais. Contrariamente a Portugal, membro fundador e incondicional da NATO, a entrada da Espanha no sistema de defesa ocidental fez-se mediante acordo bilateral com os Estados Unidos e tendo em conta as responsabilidades mediterrânicas da Espanha.

Com a restauração dos regimes democráticos nos dois países ibéricos, a que se seguiu a sua adesão às Comunidades Europeias, e sobretudo com a entrada da Espanha na Aliança Atlântica, houve uma convergência das opções internacionais respectivas. Mas isso não significa, dadas as circunstâncias e as vocações próprias de um e de outro, que a prossecução de objectivos, hoje felizmente comuns, deva necessariamente abolir a compreensível distinção dos papéis e das responsabilidades de cada um e o campo de acção desses papéis e responsabilidades. De resto, as ambiguidades que persistem após a confirmação por referendo da presença da Espanha na Aliança Atlântica, sobre como conciliar a ausência da estrutura militar integrada da NATO com uma participação que não seja apenas política, não vêm alterar o bem fundado do que afirmei acima, antes pelo contrário.

É por isso que do lado português temos consistentemente defendido que Portugal e a Espanha devem pertencer a dois *major commands* distintos: Portugal, com a sua clara vocação atlântica, ao SACLANT, a Espanha, mais continental e mediterrânica, ao SACEUR. Donde resulta ser-nos impossível aceitar uma modificação dos *terms of reference* da configuração dos comandos da NATO ou a criação de um comando espanhol autónomo no arquipélago das Canárias que se traduzisse na amputação da zona sul do IBERLANT.

Uma eventual concessão da nossa parte, com vista a permitir uma modificação dos limites geográficos do IBERLANT, para integrar as Canárias num comando espanhol sobre o eixo Baleares-Gibraltar-Canárias, controlando o acesso (proveniente do sul) ao Mediterrâneo Ocidental, implicaria como contrapartida a integração de todo o território português (continente, Açores e Madeira) na zona do IBERLANT. O que não

é actualmente o caso, visto que os Açores dependem do comando americano WESTLANT.

Este ponto de vista resulta, em primeiro lugar, da necessidade de atribuir ao IBERLANT um novo contexto operacional (o que sucederia se viesse a perder o controlo das proximidades de Gibraltar); em segundo lugar, porque se não compreenderia que fossem reconhecidas à Espanha as exigências da unidade nacional e que o mesmo fosse recusado a Portugal.

Passando agora à questão, não menos actual, do nosso relacionamento ibérico no quadro comunitário, começarei por dizer que, desde logo, me parece indispensável integrar o factor histórico-emocional nas realidades do nosso tempo, sendo válidas por isso, também aqui, as considerações que fiz sobre a problemática mais geral da independência nacional.

A adesão simultânea de Portugal e da Espanha às Comunidades Europeias significa uma alteração substantiva das nossas relações políticas, económicas e mesmo culturais com o nosso parceiro ibérico. Os métodos, o estilo e as soluções passam a situar-se doravante numa perspectiva evidente de abertura e de coexistência activa. Trata-se de uma inevitabilidade objectiva da evolução histórica dos dois países.

Mais do que acontecimentos ou afrontamentos trágicos entre Portugal e Espanha, o que tem havido desde há muito entre ambos é um voluntário desconhecimento mútuo, reacções provocadas por complexos de inferioridade ou de superioridade, mal-entendidos e incompreensões recíprocas. Mas como tudo isso persiste nos subconscientes colectivos, embora felizmente de forma progressivamente menos aguda, o novo relacionamento com a Espanha tem de ser encarado de frente e pelo seu lado positivo. Continua a ser necessário e legítimo afirmarmos a nossa identidade face à Espanha, mas não contra a Espanha. Temos de adoptar uma metodologia diplomática no tratamento das questões luso-espanholas inspirada pela frontalidade e a clareza das atitudes e pela exigência de reciprocidade na defesa dos interesses e dos princípios. Será a melhor maneira de respeitarmos a Espanha e de por ela nos fazermos respeitar. Somos vizinhos e por vezes concorrentes; para sermos amigos, como nos compete, temos de estabelecer regras de jogo claras e predeterminadas. Estamos perante uma problemática em que a «forma» e o «método» assumem consequentemente papel determinante.

Àqueles, graças a Deus pouco numerosos, que, por causa das implicações da adesão no contexto luso-espanhol, teriam preferido que Portugal se abstinhasse de aderir, eu

diria apenas o seguinte: em primeiro lugar não creio que haja alguém responsável em Portugal que advogue para o nosso país uma solução de isolamento à albanesa. Sendo assim, as relações com a CEE na base do acordo de comércio livre de 1972 ou de qualquer outro instrumento semelhante nem por isso seriam menos determinantes no plano económico e comercial. Ora com a adesão da Espanha – facto independente da nossa vontade – passaríamos de qualquer forma a ter relações determinantes com uma CEE de que a Espanha passara a ser Estado membro, com a agravante de não podermos influir por dentro no evoluir das coisas; em segundo lugar, e na lógica do que antecede, importa recordar que, contrariamente ao que poderia resultar de uma análise superficial ou mal informada, os enquadramentos multilaterais não são desfavoráveis aos pequenos países, antes pelo contrário. Isto é particularmente verdade na nova Comunidade a Doze, como acaba de resto de ficar demonstrado em duas circunstâncias recentes (o problema das regras de origem no comércio luso-espanhol e as decisões orçamentais no que se refere à afectação de fundos a Portugal e à Espanha).

Não receio pois afirmar que o enquadramento institucional da CEE, na relatividade objectiva de tudo o que não é metafísico ou abstracto, é certamente aquele que melhor se adapta à inevitabilidade do novo relacionamento ibérico que agora se nos depara, quer queiramos quer não. Até porque, face ao desequilíbrio global que se verifica no campo das relações bilaterais luso-espanholas, temos assim a legítima possibilidade de buscar uma compensação para esse desequilíbrio recorrendo quando se torne necessário ao enquadramento comunitário, para uma justa solução de situações contenciosas por vezes inevitáveis. E não se me afigura que haja motivos para dramatizar ou julgar menos amistoso um comportamento perfeitamente conforme à lógica da integração europeia e que a Espanha implicitamente aceitou ao aderir às Comunidades ao mesmo tempo que Portugal. Como se me afigura igualmente necessário abandonarmos a tendência para considerar *a priori* que tudo o que é do interesse espanhol seria em princípio contra o interesse português! O grande objectivo comum deverá ser a busca das convergências possíveis, com base na análise objectiva das situações concretas e dos equilíbrios ou desequilíbrios constatados. Tem sido insistentemente afirmado – e com razão – que a adesão de Portugal às Comunidades Europeias veio abrir novas perspectivas ao relacionamento com o Brasil e os países africanos de expressão oficial portuguesa. Se é certo que no plano comercial, designadamente, o âmbito comunitário se substituiu ao tradicional âmbito bilateral, não é menos

certo que adquirimos num plano mais geral possibilidades acrescidas de intervenção nesse relacionamento.

Com efeito, por termos passado a ser intervenientes de pleno direito nos mecanismos de decisão da CEE, tornámo-nos interlocutores e intermediários mais interessantes para aqueles países, tanto nas suas relações com Portugal como nas suas relações com as Comunidades. E especialmente no caso do Brasil a nossa adesão veio permitir uma maior utilização do espaço português, em termos económicos e de investimentos industriais e tecnológicos, com vista ao espaço comunitário de que agora somos parte integrante.

Evolução da lusofonia

Feitas estas breves considerações, passo a abordar um outro aspecto deste problema que tem sido menos posto em destaque até aqui. Refiro-me à relevância que assume a consolidação e o desenvolvimento das nossas relações com o Brasil e com os países africanos de expressão oficial portuguesa para a especificidade e a credibilidade da nossa identidade no contexto internacional, face à tendência envolvente do ibero-americanismo como este é interpretado em certos meios do país vizinho, e inclusivamente no contexto europeu.

Nesta ordem de ideias ocorre imediatamente salientar a importância fundamental do factor cultural, onde importa conciliar a diversidade com a unidade, tendo como expressão e instrumento privilegiado a projecção universal da língua portuguesa, uma dimensão que ainda nos resta de tantas outras já levadas pelos ventos da História.

O problema da língua não é pois para nós um simples problema literário, constitui um dos elementos essenciais a ter em conta na própria estratégia global do projecto nacional para o país que hoje somos. E a última coisa a fazer seria, a meu ver, abordar pela negativa a realidade brasileira, a influência que o Brasil fatalmente sempre terá na evolução e no peso internacional da lusofonia.

Merece bem alguns sacrifícios de amor próprio fixar por acordo as normas da ortografia portuguesa como factor de unidade desse inestimável património que é a língua portuguesa, hoje falada e escrita em sete países na Europa, em África e na América Latina, e presente ainda em certos pontos da União Indiana, na Malásia, em Macau e em Timor-Leste, sem esquecer as vastas comunidades lusíadas espalhadas pelo mundo.

Como parece evidente ser do nosso interesse que se mantenha quanto possível a unidade linguística como veículo das diferentes culturas a que demos historicamente origem, através da qual poderá ser afirmada a nossa presença idiomática nas grandes organizações internacionais, no vocabulário científico e técnico, nos projectos de tradução automática.

A agitação e as polémicas provocadas pela recente assinatura do Acordo Ortográfico no Rio de Janeiro, independentemente do bem ou do mal fundado das afirmações feitas, são em si mesmas salutares como expressão da consciência da importância desta questão em termos nacionais e internacionais e porque são sempre inevitáveis diferenças de opinião sobre os termos de qualquer acordo, necessariamente resultantes do compromisso indispensável ao consenso. Pela minha parte, limitar-me-ei aqui a recordar, contra as tentações do imobilismo em matéria linguística, que foi o abandono por nossa iniciativa, em 1911, do rigor etimológico da ortografia portuguesa que abriu caminho a uma certa indeterminação dos critérios de fixação ou de evolução da mesma, prejudicando-se assim definitivamente, no plano dos princípios, a pretensão de sermos os garantes exclusivos da ortodoxia desse instrumento convencional que é o sistema ortográfico de qualquer idioma¹. Para o conseguir, a França, por exemplo, começou por ser rigorosa consigo própria para o poder ser em relação a terceiros!

Prioridades do projecto nacional

Tudo o que fica dito constitui como que o indispensável preâmbulo de fundamentação objectiva das considerações deste capítulo final, justificativas do título dado a este artigo.

Os acontecimentos e os problemas já referidos sugerem desde logo ser oportuno trazer aqui um contributo à reflexão necessária sobre o que somos neste momento particular do nosso devir histórico e, partindo daí, sobre quais deverão ser as prioridades do nosso projecto nacional.

Hoje Portugal afirma-se como país europeu ocidental e democrático, agora ainda mais consciente de que a Europa constitui – e constituiu mesmo durante os

¹ «Cremos que tudo quanto se está a passar com a ortografia da língua portuguesa é consequência desse pecado original: a reforma ortográfica de 1911. Era necessária a simplificação que nessa altura se fez da ortografia lusa? Talvez». *João Gaspar Simões*.

séculos de aventura ultramarina – o espaço cultural em que se formou e a que pertence pelas suas raízes, as suas estruturas sociais e as suas instituições.

País europeu igualmente consciente da originalidade da contribuição que deu à projecção da Europa no mundo e que continua a dar à Europa dos nossos dias no embate com os desafios que se lhe deparam.

Pela sua posição geopolítica, pela idiossincrasia tradicional das suas populações, pela exposição e significado da sua orla marítima, pela sua projecção no oceano através dos Açores e da Madeira e da sua imensa zona marítima, por tudo isso Portugal tem uma marcada vocação atlântica. Mas nem por isso deixa de possuir certas características socio-económicas e culturais de tipo mediterrânico e natural disposição para compreender os problemas e as reacções dos povos dessa região. A sua posição periférica sugere igualmente, por outro lado e desde logo, igualmente, uma vocação para a abertura e o diálogo com certos sectores do chamado terceiro mundo.

Não obstante a nossa pequena dimensão territorial, o nível do nosso desenvolvimento económico e a nossa fraqueza financeira, continuamos a ter uma dimensão cultural extra-europeia e um valioso património a salvaguardar nesse plano.

Mas agora, com a nossa adesão às Comunidades, a vertente europeia do nosso posicionamento internacional assume uma consistência político-institucional muito para além das incidências propriamente económicas da integração e da nossa evidente inserção no espaço cultural europeu. Trata-se de uma opção fundamental e irreversível do nosso projecto nacional, nas suas polivalentes implicações e que pode e deve ser encorada e vivida como tal. Até porque dessa vivência integrada e organizada dependem as nossas possibilidades de desenvolvimento económico e tecnológico – sem o qual não há desenvolvimento cultural e vice-versa no limiar do século XXI.

Perante isto, como se nos coloca o problema da nossa identidade para nós próprios e no que toca à natureza e especificidade da contribuição que devemos dar à construção e à progressiva concretização do ideal europeu? Como se conjugam neste contexto a vocação europeia indiscutível e doravante indiscutida com a vocação atlântica e com a realidade da nossa projecção extra-europeia? Qual o papel da vertente cultural e do nosso relacionamento com o Brasil e os países africanos de expressão oficial portuguesa na afirmação da nossa identidade no contexto europeu integrado e face a outras influências culturais, como a francesa, por exemplo, que tem sido

tradicionalmente ponto de referência e factor de enriquecimento do nosso universo mental? Que papel assume a consciência da nossa identidade, neste preciso momento da nossa existência, para a formulação das grandes orientações de um projecto nacional digno desse nome?

A construção da Europa, a própria lógica do ideal europeu, admite obviamente, como ponto de partida objectivo, a realidade de certos altos valores comuns, de humanismo, de tolerância política e social, de liberdade criativa, de solidariedade, tudo isso no desenvolvimento natural de uma velha civilização de raiz greco-latina (o homem como medida de todas as coisas) e cristã (o homem como sujeito de um destino transcendente). Mas não ignora nem pretende abolir a existência de diversidades culturais e linguísticas, fruto da história e riqueza incontestável da Europa, desde que não sirvam para fundamentar nacionalismos factores de «guerras civis» e passem a situar-se numa perspectiva superior de património comum.

Ao integrarmo-nos na Europa comunitária, ao passarmos a fazer parte do mesmo espaço institucionalizado que a Espanha, não vamos nem desaparecer como nação, nem sofrer qualquer choque mortal. Disso nos preserva a própria similitude dos valores fundamentais e dos sistemas sócio-políticos que são tanto nossos como dos nossos parceiros.

Temos, isso sim, que nos assumir perante terceiros e sobretudo perante nós próprios na integridade daquilo que nos é específico: a nossa incontestável individualidade no contexto ibérico; a nossa determinante vocação atlântica e a consciência da importância do mar e do chamado arquipélago Portugal-Açores-Madeira; o facto de, na Europa, pertencermos à componente latina (aspecto que tem sido raramente posto em relevo), e finalmente a natureza e o sentido específicos do nosso relacionamento com o Brasil e com os países africanos de expressão portuguesa.

Mas para nos assumirmos especificamente, temos logicamente de nos assumir selectivamente, isto é, que adoptar um modelo selectivo na escolha, nas prioridades e na realização dos grandes objectivos nacionais.

A fase de abertura a todos os azimutes que se seguiu ao 25 de Abril era inevitável e mesmo necessária após o período de relativo isolamento internacional que o precedeu. Agora temos de fugir à nossa tradicional tendência para a dispersão horizontal no pensamento e na acção e que adoptar, como prioridade das prioridades, um sistema educativo capaz, não só de instruir e de formar científica e tecnicamente, mas também de orientar as nossas incontestáveis qualidades

individuais para um comportamento colectivo socialmente mais ordenado, convergente e auto-disciplinado. Daí depende o sermos ou não capazes de levar a cabo um verdadeiro projecto nacional para o país que deveremos ser.

Comecei este artigo com uma citação de Fernando Pessoa apontando para o que nos falta cumprir, esse Portugal qualitativo que agora temos de levar a cabo. Que me seja permitido concluí-lo com uma citação do seu heterónimo Ricardo Reis, que bem traduz o espírito e o empenhamento que essa ambiciosa tarefa exige e pressupõe: «Sê todo em cada coisa. Põe quanto és no mínimo que fazes. Assim em cada lago a lua toda brilha, porque alta vive».